



dos concursos vestibulares.

Para MASSERON (1989), a redação, de um modo geral, é um texto escrito sujeito a três tipos de restrições: lingüísticas, de conteúdo e ligadas à situação de produção. Segundo a autora, do ponto de vista da norma escrita, a redação deve ser legível. Escreve-se utilizando-se de um código que não pode ser transgredido, já que há uma ordem normativa implícita, que é explicitada pela gramática. No plano do conteúdo, existem assuntos que são objetos de proibição. Dentre eles, pode-se citar, como exemplo, o humor, quando se trata de acontecimentos classificados como sérios; ou a gíria, em textos acadêmicos. As restrições ligadas à situação escolar são divulgadas pelo professor. São, dentre outras, a apresentação uniformizada da redação, as margens, o número de linhas.

Neste artigo, para se caracterizar a dissertação, busca-se apoio teórico em CHAROLLES (1990), que a entende como um texto escrito de cunho argumentativo, cujo tema é matéria controversa, que requer a tomada de posição do autor. A argumentação, nesse caso, não se confunde com a argumentação política, judiciária ou que continuamente se desenvolve na vida cotidiana, porque o texto escolar não tem, como objetivo direto, influir sobre uma decisão.

O escopo da dissertação escolar é discutir idéias polêmicas e levar o seu autor a desenvolver conceitos, a generalizar, a categorizar. É um gênero discursivo atemporal que se apóia na doxa, no raciocínio, na reflexão.

Do ponto de vista lingüístico, o discurso dissertativo escrito apresenta características definidas, expressas através de formas lingüísticas: deve ser redigido em conformidade com o padrão culto formal, verbos flexionados no presente do indicativo, largo emprego de nominalizações (uma vez que o substantivo possibilita a articulação de um discurso reflexivo) e de linguagem lógica.

No ensino de redação, percebe-se um percurso que vai do ensino fundamental — em que o aluno trabalha sobretudo temas que envolvem experiências pessoais — ao segundo ciclo — em que aborda temas mais abstratos, que o levam a efetuar operações de julgamento, de abstrações e de generalizações.

Ao término do 2º ciclo, o aluno já alcançou um nível de pensamento abstrato, mais distanciado de sua realidade concreta e imediata, que lhe possibilita confrontar julgamentos, debater e argumentar com objetividade, porque explicar e argumentar são ações que exigem uma distância do locutor e uma capacidade de se descentrar, de pensar com o outro. Esse amadurecimento enseja condições para que ele redija textos reflexivos, emita julgamentos, faça abstrações e generalizações. A generalidade de sujeito e de objeto são características fundamentais do discurso dissertativo. A primeira refere-se ao fato de que o locutor não toma para si próprio a responsabilidade do que escreve a respeito do referente. O segundo diz respeito às informações de que o autor dispõe a respeito do tema a ser desenvolvido. Retomam-se as palavras de GRIZE (1981:24) para quem "explicar exige um distanciamento do locutor, uma espécie de descentração relativa a valores, uma recusa de investimentos subjetivos".

Muito se releva o aspecto argumentativo na dissertação, já que argumentar é convencer ou procurar convencer alguém através de razões extraídas de provas. Para PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA (1970), a argumentação eficaz exige um contato entre sujeitos: é fundamental que o escritor queira exercer uma ação sobre seu leitor (auditório) a quem pretende influenciar. Então o autor precisa não só demonstrar as razões ou provas que sustentam sua tese, mas também emitir juízos de valor, demonstrar causas e efeitos.

Concernente, ainda, ao ato de dissertar, ressalta-se que a ausência de um destinatário real ou de um auditório determinado torna a tarefa difícil, ao se considerar que o único leitor ao qual o escritor vislumbra é o professor / juiz de sua dissertação. Nesse caso, CHAROLLES (1990) afirma que a situação em que o aluno produziu um texto não se relaciona com as que ele vive extraclasse. A práxis desenvolvida nas escolas, conforme entende GERALDI (1985), tem objetivos diferentes dos da fala, isto é, dizem respeito somente a requisitos estipulados pelo professor que, freqüentemente, se volta para aspectos predominantemente gramaticais.

Outro aspecto importante é a estrutura da dissertação. Através de manuais de redação, constata-se que há preferência pela estrutura tripartida, fundamentada em princípios aristotélicos. Na introdução, o autor não só apresenta o tema que irá desenvolver ao mesmo tempo que sua delimitação; no desenvolvimento, há a exposição dos argumentos, das provas, dos julgamentos, enfim o exame crítico do tema abordado. É a parte mais consistente da redação. Na parte final, ou seja, na conclusão, o produtor retoma as idéias genéricas sobre o tema desenvolvido. Nesses termos, firmar um ponto de vista ou tomar uma posição diante de um problema, demonstrar essa posição e concluir é a forma de desenvolver a coerência macroestrutural.

Pode-se afirmar que tanto a produção quanto a recepção de textos devem constituir exercícios de construção de conhecimento e de sentido, porque ambos os processos exigem interlocutores situados historicamente, que falem de seus lugares sociais, por meio do texto e da leitura, respectivamente, nessa relação interativa. Em outros termos, há alguém querendo dizer algo a alguém que quer saber esse algo, ou seja, um interagir com o outro. Assim sendo, o aluno pode, a partir de uma atitude reflexiva, decidir o tratamento mais adequado para desenvolver seus argumentos e tornar-se sujeito de seu texto. Assumir a autoria de seu texto.

BIBLIOGRAFIA:

ARISTÒSTELES. **Tópicos:** dos argumentos sofisticos. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: HUCITEC, 1981.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Leitura, produção e circulação de textos escolares e não escolares. In **Português: história, perspectiva e ensino.** BASTOS, Neusa Barbosa (org.). São Paulo: EDUC, 1998.

GADET, F e HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** 2 ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

GRIZE, J.B. Pour aborder l'étude des structures du discours quotidien. **Langage Française.** Paris: Larousse, n.50, 1981.

MASSERON, Caroline. La correction de rédaction. **Pour une didactique de L'écriture.** Metz, 1989.

MOIRAND, Sophie. **Situation d'écrit:** compréhension. Paris: CLE International, 1979.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. As histórias de leitura. **Leitura: Teoria e Prática.** , ano

63, n.3,p.7-9, jul. 1984.

PERELMAN,C. e OLBRECHTS-TYTECA. **Traté de.l'argumenatation: La nouvelle rhétorique**. Bruxelas: Editions de l'Université de Bruxelles, 1983.

VIGNER, Gérard. Argumenter et dissenter: parcurd'une écriture. **Pratiques**, p.17-55, déc, 1990.

[\[índice \]](#)

[\[resumo \]](#)